



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA

BRASÍLIA-DF
2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Reitor: Wilson Conciani

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação: Luciana Miyoko Massukado

Coordenadora de Pós-Graduação: Elisandra Nazaré Maia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração: Simone Cardoso dos Santos Penteadó

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional: Fernando Dantas de Araújo

Pró-Reitor de Ensino: Adilson César de Araújo

Pró-Reitor de Extensão: Giano Luis Copetti

Diretor-Geral do *Campus* Brasília: Gustavo Filice de Barros



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA

Comissão instituída pela Portaria Nº 358 de 22 de março de 2013:

Professora Msc. Jaqueline da Silva Thomazine (Presidente)

Professor Msc. Ailton Bispo dos Santos Junior

Professora Msc. Kátia Guimarães Souza Palomo

Professor Dr. Magno Alves de Oliveira

Professora Msc. Michelle Silva de Oliveira

PROFESSORES COLABORADORES

Professor Dr. Alexandre Laval Silva

Professor Msc. Bruno da Rocha Braga

Professora Msc. Cristiane Jorge de Lima Bonfim

Professora Msc. Fabiana Carvalho da Silva Bispo

Professor Msc. Gustavo Filice de Barros

Professora Dra. Paula Petracco

Professor Msc. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Professor Dr. Philippe Tshimanga Kabutakapua

Professora Msc. Tânia Maria Domingos Pereira



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

SUMÁRIO

I. Curso	6
Apresentação	6
Dados da Instituição	7
Dados do Curso	8
II. Justificativa	9
III. Histórico da instituição proponente	12
Caracterização da Região	12
Caracterização da Instituição	13
Caracterização do <i>campus</i> Brasília	14
IV. Objetivos	17
Geral	17
Específicos	17
V. Público alvo e perfil do egresso	18
Publico Alvo	18
Perfil Profissional do Egresso	18
VI. Concepção do programa	20
VII. Coordenação do curso	22
VIII. Carga horária do curso	24
IX. Período e turnos previstos para a realização do curso	25
X. Organização curricular	26
Fluxo de Disciplinas	27
XI. Conteúdo programático	28



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XII. Corpo docente	33
XIII. Metodologia	36
XIV. Interdisciplinaridade e atividades integradoras	37
XVI. Critérios de seleção	38
XVII. Critérios de avaliação	39
XVIII. Aproveitamento ou convalidação de estudos	40
XIX. Controle de frequência	41
XX. Infraestrutura do curso	42
XXI. Trabalho de conclusão de curso	43
XXII. Certificação do curso	46
XXIII. Indicadores de desempenho	47
XXIV. Relatório circunstanciado	48
XXV. Cronograma de execução do curso	49
Bibliografia	50
Anexos	52
Anexo I – Ementas dos Componentes Curriculares Obrigatórios	52
Anexo II – Ementas dos Componentes Curriculares Optativos	73
Anexo III – Termo de Compromisso e Responsabilidade Docente	76
Anexo IV – Critérios de Credenciamento Docente	77



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

I. CURSO

O curso de Especialização em Gestão Pública é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* da área de Administração em Ciências Sociais Aplicadas. O curso é gratuito e ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, no *campus* Brasília.

Apresentação

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) constitui-se no instrumento orientador do Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, que será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), a partir do segundo semestre de 2014. Encontram-se nele todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

A metodologia de elaboração constituiu-se de reuniões semanais complementadas com trabalhos individuais e em grupo, os quais foram desenvolvidos durante o intervalo de tempo entre elas. Neste processo, toda a equipe teve efetiva participação na elaboração da integralidade do documento.

Por tudo o que foi exposto, acredita-se ter sido elaborado um documento orientador alicerçado em bases firmes, capaz de garantir a realização de um curso de qualidade, comprometido com os propósitos e valores do IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dados da Instituição

Mantenedora: Ministério da Educação

Nome de Fantasia: MEC

CNPJ: 00.394.445/0124-52

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CNPJ: 10.791.831/0001-82

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Nome de Fantasia: IFB - *campus* Brasília

Esfera Administrativa: Federal

Categoria: Pública Federal

Endereço: SGAN 610, Módulos D, E, F e G

Cidade: Brasília / **UF:** DF / **CEP:** 70860-100

Telefone: (61) 2193-8050

Fax (61) 2103-2154

E-mail de contato: reitoria@ifb.edu.br

Sítio: www.ifb.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Dados do Curso

Denominação: Curso de Especialização em Gestão Pública

Área de conhecimento: Administração, na grande área das Ciências Sociais Aplicadas

Nível: Pós-Graduação *Lato Sensu*

Modalidade: Presencial

Habilitação: Especialização em Gestão Pública

Titulação: Especialista

Carga Horária Parcial: 384

Carga Horária Optativa: 90

Carga Horária do Trabalho de Conclusão de Curso: 30

Carga Horária Total: 504

Período de Integralização: mínimo de três e máximo de seis trimestres

Forma de Acesso: Processo Seletivo

Número de Vagas: 45

Turno: diurno

Periodicidade Letiva: trimestral

Processo de autorização: 23098.000.898/2013-11



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

II. JUSTIFICATIVAS

Fundamentos Legais

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública do IFB obedece ao disposto na legislação pertinente, qual seja:

- Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB);
- Resolução CNE/CES Nº 1, de 8 de junho de 2007;
- Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- Decreto Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;
- Decreto Nº 5.825, de 29 de junho de 2006;
- Portaria Normativa MPOG Nº 4, de 28 de setembro de 2010;
- Resolução Nº 012-2013/CS-IFB (Aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFB); e
- Resolução Nº 008-2012/CS-IFB (Aprova o Projeto Pedagógico Institucional – PPI do IFB).

O Governo Federal tem empreendido ações no intuito de capacitar cidadãos para atender ao perfil de gestor público demandado pelo Estado em seus desafios contemporâneos, destacando-se neste direcionamento, o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública no Brasil e o Programa Nacional de Administração Pública. Tais ações corroboram o esforço estatal em preparar profissionais para desempenhar a função pública de maneira efetiva.

Convergindo para essa mesma linha, a Audiência Pública realizada por este Instituto, aos 10 dias do mês de março do ano de 2009 para definir os cursos a serem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

oferecidos pelo *campus* Brasília, apontou cursos de Gestão Pública entre as áreas de formação prioritárias.

Assim, foi a partir do cenário descrito, das demandas do mercado de trabalho e do perfil socioeconômico da região, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), passou a considerar a oferta de uma Especialização em Gestão Pública, com a expectativa de permitir o amplo acesso de jovens e adultos a uma educação de qualidade nessa área.

A cidade de Brasília, onde está inserido este Instituto, tem grande destaque em matéria de empregabilidade no setor público. Parte considerável de sua população economicamente ativa ocupa cargos públicos e muitas vagas de emprego são preenchidas constantemente nesse setor. As pesquisas socioeconômicas conduzidas por órgãos oficiais comprovam algumas características peculiares da atividade econômica da cidade, quais sejam: renda elevada da população, alto nível de formalização do trabalho, pouca expressividade dos setores agropecuário e industrial e a forte presença da Administração Pública e do setor de serviços.

A magnitude do papel do Estado na economia local pode ser verificada, ainda, no Produto Interno Bruto (PIB) deste ente federado. O PIB-DF de 2011, divulgado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal em parceria com o IBGE, aponta a cifra de R\$161,5 bilhões como resultado da economia local, dos quais 55% referem-se à contribuição direta da Administração Pública. Além disso, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal de 2011 apontam que governo é o empregador de cerca de 24,1% da população ocupada oriunda do Setor de Serviços.

Observa-se ainda que parte significativa do setor privado tem nos órgãos distritais e federais, relevantes clientes e consumidores de seus produtos e serviços. Nesta região, também é possível verificar o fortalecimento das relações entre o Terceiro Setor e a Administração Pública, especialmente nas duas últimas décadas. Fato este que pode ser explicado, em grande medida, pelo fomento estatal às organizações não



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

governamentais e sem fins lucrativos, verificado nas ações de publicização de serviços públicos. Neste contexto, percebe-se que profissionais com sólida formação em gestão pública possuem oportunidades de emprego não apenas na chamada máquina pública, mas também em seus parceiros locais.

Dentre as opções de educação profissional ofertadas no *campus* Brasília, o eixo Gestão e Negócios tem sido representado em diferentes níveis, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Auxiliar Administrativo e de Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio. Em 2012, teve início a oferta regular de um curso de graduação tecnológica nesta grande área, fazendo com que o eixo avançasse rumo à verticalização, atendendo ao perfil e necessidades demandado pela localidade onde está inserido, e, ainda, contemplando demandas de regiões circunvizinhas, dadas as suas semelhantes características sociais, econômicas e políticas.

Ao ofertar esta Especialização em Gestão Pública, o IFB vem a contribuir para a formação de recursos humanos com as competências específicas necessárias à consolidação de uma gestão pública empreendedora. Ao elevar os níveis de qualificação dos quadros de órgãos públicos, esse tipo de curso possibilita a melhoria de processos e o aumento do nível de inovação das práticas de gestão no setor público. Esta iniciativa do IFB também encontra-se alinhada às disposições do Decreto Nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, nas vias em que contempla a capacitação e o desenvolvimento de servidores públicos, em especial, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como previsto na Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Ademais, a oferta desse curso de pós-graduação *Lato Sensu* atende às disposições da Lei Nº 11.892/2008 e da Resolução Nº 16/2012-CSIFB, pois converge para a verticalização dos cursos na área de gestão pública já ofertados no *campus*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Brasília. Ressalta-se, ainda, que esta proposta de expansão do itinerário formativo atualmente disponível à comunidade discente contribuirá para a consolidação das linhas de pesquisa e da produção acadêmica dos docentes da área. Por fim, registra-se que essa ação resultará em maior eficiência na utilização de recursos humanos e físicos (acervo bibliográfico específico, laboratório e infraestrutura tecnológica) do *campus* Brasília do IFB.

III. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Caracterização da Região

Para as Regiões Administrativas consideradas na análise do *campus* Brasília (Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Park Way, Varjão, SIA e Núcleo Bandeirante) observa-se a população residente exercendo atividades econômicas relacionadas destacadamente à administração federal (22%), ao comércio (14%) e à administração do GDF (13%).

O Distrito Federal é constituído de 30 Regiões Administrativas. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/2007 propõe a regionalização do território do DF pela agregação de regiões administrativas, em sete Unidades de Planejamento Territorial, denominadas de: Central, Central-Adjacente 1, Central Adjacente 2, Oeste, Norte, Sul e Leste.

O *campus* Brasília encontra-se na Unidade de Planejamento Territorial Central, que envolve as Regiões Administrativas do Plano Piloto – RA I, Cruzeiro – RA XI, Candangolândia – RA XIX e Sudoeste/Octogonal – RA XXII.

Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD/DF 2011, apontaram que 477,2 mil pessoas (47,7%) das que estão pessoas empregadas no Distrito Federal, trabalhavam na RA I - Brasília. Por outro lado, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED de 2012 apontou que nesse mesmo ano de 2011, cerca de 192 mil pessoas estavam atuando na área de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, e Setor de Atividade de Serviços.

Considerando a relevância da Administração Pública Federal e Distrital no PIB do Distrito Federal e a maior concentração de ocupações nesse setor de atividade na cidade de Brasília, acredita-se que cursos voltados para a área de Gestão Pública, ofertados no *campus* Brasília, vão ao encontro das necessidades do mercado de trabalho dessa região.

Caracterização da Instituição

O histórico da implantação e desenvolvimento desta instituição se associa à história da rede de educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, Nilo Peçanha, então presidente da República, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Numa sucessão de mudanças, em 1941 as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser chamadas de Liceu Industrial e, no mesmo ano, de Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passaram para Escolas Industriais Federais. Em 1968, assumiram a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETF). Entre 1978 e 2001, as Escolas Técnicas Federais passaram individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

Após o nascimento das escolas profissionalizantes industriais, entre os anos de 1910 e 1929, foram criadas 20 Escolas Agrícolas no País, muitas delas, extintas atualmente. A história da Escola Técnica de Brasília começa em 17 de fevereiro de 1959 com o Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. A Escola Técnica de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, sob a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília e objetivava, ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. Após anos de funcionamento e mudanças legislativas, a Escola Agrotécnica foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB), pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo incorporado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Atualmente, o IFB disponibiliza cursos à população do Distrito Federal por meio de seus 10 *campi* em funcionamento nas seguintes cidades da região de metropolitana de Brasília: Planaltina, Brasília, Samambaia, Gama, Taguatinga Norte, Taguatinga Centro, São Sebastião, Riacho Fundo, Estrutural e Ceilândia.

Caracterização do *Campus* Brasília

O *campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília (IFB) foi criado em 2008 por meio da Lei Nº 11.892. A vocação do *campus* foi definida através de consultas à sociedade, tendo como base dados socioeconômicos da região e consiste na atuação do *campus* Brasília concentrada em quatro eixos tecnológicos, quais sejam: Gestão e Negócios; Tecnologia da Informação; Hospitalidade e Lazer; e Artes na área de Dança.

São oferecidos cursos técnicos, superiores, de Formação Inicial e Continuada (FIC), projetos de pesquisa e de extensão, programa Certific, cursos de idiomas e do Pronatec. Atualmente, a unidade está instalada em prédio próprio, localizado na Quadra 610 Norte. No início de suas atividades, o *campus* já funcionou, de forma provisória, nas Quadras 504 e 511 Norte, além do prédio do Centro Educacional Gisno, através partir de parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

A sede definitiva do *campus* Brasília conta com quatro blocos finalizados e em funcionamento, com salas de aulas, laboratórios específicos, salas de apoio estudantil e administrativo e área para instalação da lanchonete. Ainda estão em construção ou fase



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

de finalização: a biblioteca, teatro e ginásio poliesportivo. A previsão é de que a última etapa seja entregue à comunidade acadêmica no primeiro semestre de 2014.

Situado no SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Asa Norte, Brasília, o *campus* Brasília ocupa um espaço de 40.000 metros quadrados e possui uma localização privilegiada, haja vista que localiza-se próximo ao centro de decisões do país, composto pela Esplanada dos Ministérios e pela Praça dos Três Poderes. O acesso ao *campus* é facilitado por estar localizado na via L2 Norte, a qual é servida de transporte público.

As instalações do *campus* oferecem o que existe de mais moderno, em termos de construção, para garantir o acesso a pessoas com deficiência, a sustentabilidade ambiental e condições ideais para os discentes. Suas 40 (quarenta) salas de aula, encontram-se equipadas com *datashow*, computador, internet *wireless*, ar-condicionado e mobiliário confortável. Com capacidade de atendimento planejada para 3.600 estudantes presenciais, o *campus* pode atingir um quantitativo de 170 docentes, 135 técnicos-administrativos e 100 funcionários terceirizados.

Em suma, a estrutura física do *campus* Brasília consiste de:

- 40 salas de aulas (todas as salas possuem *datashow* e computador);
- 12 salas de aulas para dança;
- 05 laboratórios de informática com internet;
- 01 laboratório de gestão;
- 01 Biblioteca provisória (biblioteca permanente com espaço para 70.000 títulos e 350 lugares para estudantes);
- Espaço para cantina;
- 02 salas multimeios;
- 01 auditório com capacidade para 110 lugares;
- 01 auditório com capacidade para 220 lugares;
- 01 sala de convivência para alunos;
- Sala de convivência para alunos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- 05 salas de coordenações de cursos;
- 02 salas de estudos para professores;
- 01 sala de extensão;
- 01 sala para pesquisa; e
- 01 auditório com 1.200 lugares.

Até o segundo semestre de 2014, também está prevista a entrega das seguintes instalações:

- Ginásio de esportes;
- Piscina semiolímpica (25 m);
- Espaço para reprografia;
- 03 laboratórios de redes; e
- 02 laboratórios para Hospitalidade e Lazer.

Atendendo a sua vocação, o *campus* Brasília tem estruturado sua oferta de cursos em observância às disposições da Lei Nº 11.892/2008 e da Resolução Nº 016-2012/CS-IFB. Na área de Gestão Pública, vinculada ao Eixo Gestão e Negócios, são ofertadas vagas regulares no Curso Técnico Subsequente em Serviços Públicos, com oferta vespertina e noturna. Este *campus* também disponibiliza à população do Distrito Federal, no horário noturno, um moderno Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, o qual se destacou pela maior procura nacional entre os candidatos que participaram do SISU 2013. Por fim, consoante ao princípio da verticalização, buscando a integração e progressão acadêmica dos estudantes e atendendo à demanda do mercado de trabalho local, foi incluído no Planejamento 2013 deste *campus*, a oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, a partir de 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

IV. OBJETIVOS

Objetivo Geral

O Curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública tem como objetivo geral qualificar pessoal de nível superior para função gerencial, com vistas a atuar de maneira efetiva, transparente e participativa na gestão de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta das diferentes esferas de governo.

Objetivos Específicos

Este curso tem como objetivos específicos:

- Disseminar uma visão sistêmica, estratégica e integrada da gestão pública;
- Elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
- Desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na gestão do desempenho;
- Disseminar a importância de gerenciar recursos de acordo com os preceitos legais que regulam a gestão pública, com ética e responsabilidade socioambiental;
- Utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e outras tecnologias de gestão que viabilizem padrões de qualidade e produtividade na *res pública*;
- Planejar e coordenar a contratação de produtos e serviços no setor público, considerando as tendências e transformações na gestão pública;
- e
- Elaborar e gerenciar, de forma efetiva, políticas, programas e projetos públicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

V. PÚBLICO ALVO E PERFIL DO EGRESSO

Público Alvo

Portadores de diplomas de graduação, emitidos por entidades reconhecidas pelo MEC, que atuem ou tenham interesse em atuar na Administração Pública. No contexto da Política Nacional de Capacitação de Servidores Públicos, inclui-se nesse público alvo, o conjunto de servidores públicos e, em particular, os servidores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Dessa maneira, a presente iniciativa encontra-se alinhada às disposições do Decreto Nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, na medida em que contempla a capacitação e o desenvolvimento de servidores públicos, em especial, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como previsto na Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e no Decreto 5.685, de 29 de junho de 2006.

Perfil Profissional do Egresso

O especialista egresso deste curso estará apto a atuar como um agente transformador da gestão pública, promovendo a melhoria e a inovação em processos de órgãos públicos. Para tanto, deverá ser capaz de gerenciar adequadamente ações, projetos, programas e políticas públicas, utilizando critérios de eficiência, eficácia e efetividade, utilizando senso crítico, criatividade, atitude ética e capacidade de adaptação a diferentes cenários e contextos. Assim, ao final do curso, o egresso estará apto a:

- Compreender a amplitude das atividades na esfera pública;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- Pesquisar, identificar, definir, caracterizar, realizar análises estratégicas e solucionar problemas organizacionais inerentes às instituições públicas, gerando propostas que contribuam para os processos e a gestão em sua integralidade; e
- Contribuir para a formulação, implementação, condução e avaliação de políticas públicas e prestação de serviços públicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VI. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Tendo como foco a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias e procurando responder de forma ágil e eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) busca, historicamente, ampliar a oferta de formação profissional e tecnológica, melhorar a qualidade do ensino, incrementar a integração com a comunidade e consolidar sua marca, entre outros objetivos, levando em consideração valores como a educação de qualidade como bem público, a formação crítica do indivíduo, a gestão democrática e participativa, o respeito à diversidade, a inovação, o empreendedorismo e o cooperativismo, o desenvolvimento sustentável e a otimização de recursos públicos.

A concepção do curso está relacionada à demanda por parte da Administração Pública em dispor de competências de gestão adequadas às suas necessidades contemporâneas, à complexidade dos novos arranjos organizacionais, à dinamicidade das inovações requeridas em políticas públicas e à prestação de serviços públicos. Esses fatores expõem um panorama para a gestão pública, no qual se torna fundamental o desenvolvimento de métodos, técnicas e conhecimentos aplicados à atual configuração.

O modelo de gestão vigente em muitas organizações públicas tem-se mostrado cada vez mais limitado diante da complexidade das atividades desenvolvidas, especialmente aquelas direcionadas para atender às demandas de caráter social. Dentro desse contexto, fazem-se necessárias ações que busquem o aperfeiçoamento do modelo, considerando as peculiaridades que envolvem a produção de bens e a prestação de serviços públicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Assim, considerando o cenário acima descrito, essa Especialização em Gestão Pública busca capacitar indivíduos a atuar junto à Administração Pública, a partir do ensino teórico aliado à prática administrativa governamental, com a utilização de práticas didático-pedagógicas focadas na realidade das políticas públicas e na prestação de serviços públicos vigentes.

A incorporação contínua de novas tecnologias e a busca por maior qualidade nos serviços, demanda uma Administração voltada para resultados, cujo objetivo básico não é produzir números, mas, sim, melhorar desempenho. Dessa forma, privilegiou-se um curso voltado para a inovação administrativa com ênfase na gestão do desempenho.

Medidas de natureza gerencial são necessárias, seja por meio de melhoria nas formas de ação do Estado, seja por meio do uso de instrumentos gerenciais mais adequados, que possibilitem um aumento da eficiência e da eficácia no seu desempenho, ou, ainda, por meio da mudança de comportamento de seus recursos humanos. Essas medidas têm a vantagem de poder ser aplicadas no curto prazo e de dependerem, na maioria dos casos, da iniciativa dos próprios dirigentes institucionais.

Para tanto, um dos pilares de sustentação desse processo é a capacitação, especialmente em nível superior, de profissionais que atuam ou que pretendem atuar em instituições públicas, onde, em grande parte, há carência de servidores com formação em administração pública.

O curso prevê a oferta de 45 (quarenta e cinco) vagas a cada edição. Destas, 15 (quinze) vagas destinam-se ao público geral, 15 (quinze) vagas destinam-se a servidores públicos de órgãos conveniados e 15 (quinze) vagas destinam-se a projetos de capacitação dos Institutos Federais da Rede EPT. Considerando as peculiaridades do processo seletivo do curso, poderá haver remanejamento desse número de vagas em função da falta de candidatos aptos em determinado segmento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VII. COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública será coordenado por um docente do colegiado do curso, escolhido por processo seletivo após a definição dos docentes de cada disciplina. O professor coordenador deverá ser servidor efetivo deste Instituto Federal de Brasília, pertencer ao Eixo Gestão e Negócios, estar em exercício no *campus* Brasília, possuir titulação mínima de mestre, estar em regime de trabalho de 40h ou dedicação exclusiva e ministrar ao menos uma disciplina neste curso.

O coordenador do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública terá as seguintes atribuições:

- I. Presidir o Colegiado do Curso;
- II. Coordenar as atividades didáticas e administrativas do curso;
- III. Coordenar o processo de seleção, em consonância com a política de ingresso e matrícula do IFB, nos termos desta Resolução;
- IV. Enviar os documentos individuais dos alunos, requeridos no edital de seleção à Coordenação de Registro Acadêmico do *campus*, imediatamente após o processo de seleção;
- V. Acompanhar, como responsável direto, o cumprimento dos prazos de entrega dos documentos de registro de frequência e rendimento escolar das disciplinas, bem como dos trabalhos de conclusão de curso para avaliação da banca examinadora, quando for o caso;
- VI. Realizar reunião com os discentes, no início das aulas, para apresentação do curso e suas normas, além de apresentar este regulamento para os mesmos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- VII. Realizar reuniões periódicas com o colegiado do curso, para análise do andamento dos trabalhos realizados no curso;
- VIII. Coordenar o processo de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, e aprovar a indicação dos nomes dos integrantes da banca examinadora, encaminhada pelo orientador do trabalho de conclusão de curso;
- IX. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos requisitos necessários para a emissão dos certificados de conclusão de curso pelo IFB;
- X. Conhecer integralmente o projeto pedagógico do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e suas eventuais atualizações;
- XI. Propor adequações ao projeto do curso, sempre que necessário, e encaminhá-lo à anuência da PRPI para as providências necessárias;
- XII. Propor o quadro de recursos humanos e materiais necessários para a adequada execução do projeto do curso;
- XIII. Acompanhar o desenvolvimento do curso, responsabilizando-se pelo cumprimento do cronograma e da entrega dos planos de ensino pelos docentes;
- XIV. Apresentar aos discentes a relação de professores orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa;
- XV. Emitir parecer sobre os pedidos de aproveitamento de estudos, mediante análise dos programas apresentados pelos requerentes, de acordo com este Regulamento;
- XVI. Deliberar sobre as solicitações discentes para a realização de provas presenciais em segunda chamada;
- XVII. Constituir banca para a revisão de provas quando necessário;
- XVIII. Encaminhar à Coordenação de Registro Acadêmico deste *campus*:
 - a) os diários de classe das disciplinas, conforme modelo institucional, devidamente preenchidos e assinados (ou o diário eletrônico quando aplicável) pelos professores responsáveis, até no máximo 10 (dez) dias úteis após o encerramento das respectivas aulas; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

b) atas e avaliações dos trabalhos de conclusão de curso.

XIX. Encaminhar à PRPI as solicitações de pagamentos nos casos pertinentes, para as providências necessárias; e

XX. Aplicar os formulários de avaliação do curso, conforme as normas estabelecidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

VIII. CARGA HORÁRIA DO CURSO

A carga-horária do curso está organizada da seguinte maneira:

ORGANIZAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES	C.H. Relógio
1º Trimestre - MÓDULO I: Marco Teórico	136
2º Trimestre - MÓDULO II: Gestão para Resultados	144
3º Trimestre - MÓDULO III: Tópicos Especiais	104
Total de componentes curriculares obrigatórios	384
Componentes curriculares optativos	90
Trabalho de Conclusão de Curso	30
Carga horária total do curso	504

O curso é composto por três espécies de componentes curriculares, quais sejam: componentes curriculares obrigatórios (1); componentes curriculares optativos (2); e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (3). O curso possui carga-horária de 384 horas presenciais em componentes obrigatórios, carga-horária total de 90 horas presenciais em componentes optativos, e carga-horária de 30 horas dedicadas à elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Os componentes curriculares optativos são constituídos de três disciplinas com carga-horária de 30 horas cada uma. As disciplinas optativas serão ofertadas uma a cada trimestre, nos três trimestres do curso e preferencialmente aos sábados, no período matutino. Os componentes curriculares devem ser integralizados pelo discente no período mínimo de três trimestres e máximo de seis trimestres consecutivos.

O componente curricular Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil (EPTB) é considerado obrigatório para os estudantes dos quadros dos Institutos Federais da Rede de EPT.

.IX. PERÍODO E TURNOS PREVISTOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

O curso tem periodicidade trimestral, com previsão para conclusão mínima de três e máxima de seis trimestres. O período de realização do curso compreende a oferta das disciplinas obrigatórias e optativas, durante os três primeiros trimestres do curso.

As aulas serão ministradas em período diurno, nos dias de terças-feiras, quintas-feiras, sextas-feiras e sábados (disciplinas optativas, preferencialmente) no *campus* Brasília deste Instituto Federal.

O prazo final para realização do trabalho de conclusão de curso, apresentação e entrega da versão final corrigida, não ultrapassará o sexto trimestre do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

X. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública foi organizado em três módulos obrigatórios e um quarto módulo contemplando componentes curriculares optativos. No Módulo I, intitulado Marco Teórico, são abordados conteúdos introdutórios, porém fundamentais para a formação do especialista em Gestão Pública, tais como: Estado e Administração Pública no Brasil, Fundamentos de Políticas Públicas, Fundamentos de Direito Público, Economia do Setor Público, Métodos e Técnicas de Pesquisa I e Orçamento Público.

O Módulo II, denominado Gestão para Resultados, foi concebido para instrumentalizar o cursista com tecnologias de gestão imprescindíveis para a maior efetividade das tarefas de gerenciamento. Assuntos como Gestão Estratégica em Organizações Públicas, Logística, Gestão de Pessoas, Contabilidade e Gestão de Projetos fazem parte desse segundo módulo. Já o Módulo III, reúne disciplinas igualmente relevantes para formação dos participantes, incluindo assuntos como Implementação e Avaliação de Políticas Públicas, Responsabilidade Socioambiental no Setor Público e Controle Interno e Externo. Esses três primeiros módulos contêm o conjunto de componentes curriculares obrigatórios e necessários para a formação do especialista em gestão pública.

Considerando as peculiaridades do público alvo e o intuito de agregar maior valor aos participantes, foi previsto um quarto módulo em caráter optativo. A fim de fornecer uma formação customizada aos servidores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, será ofertada a disciplina Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil. Estudantes interessados em desenvolver competências complementares para a realização de pesquisa acadêmica de caráter quantitativo poderão cursar a disciplina



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Métodos Quantitativos no Setor Público II. Por fim, os futuros especialistas que desejarem adquirir uma formação complementar que os habilite a lecionar no ensino superior, poderão cursar o componente curricular Didática do Ensino Superior.

FLUXO DE DISCIPLINAS

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS		CÓDIGO	C.H. RELÓGIO
1º TRIMESTRE - MÓDULO I: Marco Teórico			
1.1	Estado e Administração Pública no Brasil	EAPB	20
1.2	Fundamentos de Políticas Públicas	FPP	16
1.3	Fundamentos de Direito Público	FDP	24
1.4	Economia do Setor Público	ESP	24
1.5	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	MTPI	20
1.6	Orçamento Público	OPB	24
1.7	Seminários em Gestão Pública I	SGPI	8
TOTAL DO TRIMESTRE			136
2º TRIMESTRE - MÓDULO II: Gestão para Resultados			
2.1	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	GEOP	24
2.2	Contabilidade Pública	CPB	20
2.3	Gestão de Pessoas no Setor Público	GPES	24
2.4	Logística no Setor Público	LSP	24
2.5	Gestão de Projetos	GPRO	20
2.6	Métodos Quantitativos no Setor Público I	MQSPI	24
2.7	Seminários em Gestão Pública II	SGPII	8
TOTAL DO TRIMESTRE			144
3º TRIMESTRE - MÓDULO III: Tópicos Especiais			
3.1	Implementação e Avaliação de Políticas Públicas	IAPP	20
3.2	Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público	GCISP	20
3.3	Responsabilidade Socioambiental no Setor Público	RSSP	20
3.4	Controle Interno e Externo	CIE	20
3.5	Métodos e Técnicas de Pesquisa II	MTPII	16
3.6	Seminários de Gestão Pública III	SGPIII	8
TOTAL DO TRIMESTRE			104
Carga Horária Obrigatória total:			384
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS		CÓDIGO	C.H.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

1.8	Didática do Ensino Superior	DDES	30
2.8	Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil *	EPTB	30
3.7	Métodos Quantitativos no Setor Público II	MQSPII	30
TOTAL DO TRIMESTRE			90
Carga Horária Total da Grade Curricular			474
QUADRO SINTÉTICO			
DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR			C.H. RELÓGIO
Componentes Curriculares Obrigatórios			384
Componentes Curriculares Optativos			90
Trabalho de Conclusão de Curso			30
TOTAL GERAL			504

(*) Disciplina obrigatória para discentes dos quadros da Rede Federal de EPT.

XII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Componentes curriculares obrigatórios

Estado e Administração Pública no Brasil (20h): Estado, governo e Administração Pública. Evolução da Administração Pública no Brasil: o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado de bem estar, o Estado regulador. A organização política da sociedade no processo de fortalecimento da democracia e da cidadania. Obstáculos à nova gestão pública. Tendências e iniciativas locais.

Fundamentos de Políticas Públicas (16h): Fundamentos em Políticas Públicas: conceitos iniciais, aspectos metodológicos e de classificação. O processo de *policy-making*. Instituições, atores e modelos de análise e racionalidades. Estratégias de implementação. A trajetória das Políticas Públicas no Brasil: desenvolvimento econômico, social, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e infraestrutura. Redes de implementação e Novos Arranjos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Fundamentos de Direito Público (24h): Conceitos fundamentais do Direito Público. Princípios da Administração Pública. Licitações, Contratos e Convênios Administrativos: Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Pareceres da AGU e Resoluções do TCU. Tópicos especiais em Legislação de Pessoal.

Economia do Setor Público (24h): Analisar as funções econômicas do Estado, bens públicos com ênfase em sua demanda e oferta. Provisão pública de bens privados. Regulamentação. Externalidades. O Estado na economia. Finanças públicas: gastos, receitas, déficit e dívida pública, princípios básicos de tributação, incidência e eficiência econômica da tributação, eficiência econômica e tributação, tributação ótima, inflação e tributação.

Métodos e Técnicas de Pesquisa I (20h): O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. A pesquisa em administração e organizações. Definições de pesquisa. Métodos Científicos. Fontes do conhecimento em Administração. Processos de pesquisa: formulação do problema, delineamento de pesquisa, objetivo, desenho, escopo, ambiente e abordagem de pesquisa. Hipóteses, testes e conclusões. Projeto e relatório de pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso. Ética em Pesquisa.

Orçamento Público (24h): Instrumentos de Planejamento Governamental e a composição do Orçamento Público. Execução Orçamentária - normas legais para o acompanhamento do gasto público. O orçamento no Legislativo e as ementas parlamentares. O orçamento no Executivo e os contingenciamentos orçamentários. Impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Seminários em Gestão Pública I (8h): Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo I.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Apresentação e discussão de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.

Gestão Estratégica em Organizações Públicas (24h): Conceituação e modelos de Planejamento. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental. Etapas do Planejamento Estratégico. O método *Balanced Scorecard*. Remodelagem organizacional no setor público e Gestão do desempenho institucional com base nos indicadores preconizados pelos órgãos de planejamento e controle. Gestão da performance institucional e superação dos entraves burocráticos. Gerenciando para manter e melhorar resultados.

Contabilidade Pública (20h): Campo de atuação da contabilidade pública. Regimes contábeis. Orçamento público. Suprimento de fundos. Estrutura do patrimônio público. Legislação básica da contabilidade pública. Sistemas de Contas.

Gestão de Pessoas no Setor Público (24h): Novo papel da área de recursos humanos e o papel do gestor público na gestão estratégica de pessoas. Gestão da cultura nas organizações públicas. Gerenciamento de pessoas com foco em resultados: contratualização, *feedback* de desempenho e práticas de reconhecimento. Negociação e resolução de conflitos. Experiências de avaliação de pessoas em organizações públicas. Ética na Administração Pública: premissas da conduta ética da função pública. Iniciativas governamentais: a gestão da ética.

Logística no Setor Público (24h): Patrimônio público. Gestão de materiais na administração pública. Planejamento de Suprimentos no Setor Público. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Legislações pertinentes ao tema.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Gestão de Projetos (20h): Fundamentos em Gestão de Projetos. A gestão de projetos no contexto da gestão estratégica. Os conceitos de gerência de projetos e gestão por projetos. O conceito de competências essenciais. Os processos da gerência de projetos: integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições. Gestão de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas.

Métodos Quantitativos no Setor Público I (24h): Introdução aos métodos quantitativos. Conceitos básicos da Estatística descritiva (distribuição de frequências, medidas de tendência central e de dispersão, números índices, separatrizes, técnicas de amostragem e gráficos estatísticos) e aplicabilidade em Gestão Pública. Matemática financeira e sistemas de amortização. Avaliação de projetos e políticas públicas. Tomada de decisões no setor público.

Seminários em Gestão Pública II (8h): Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo II. Apresentação de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.

Implementação e Avaliação de Políticas Públicas (20h): Estratégias de implementação. Redes Interorganizacionais e Novos Arranjos. Avaliação no Setor Público. Construção de indicadores, medidas de avaliação e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação. Ciclo da gestão e retroalimentação.

Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público (20h): A Era da informação e do conhecimento. Conceito e organização de redes. Redes de inovação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Transferência de conhecimento e gestão do conhecimento no setor público. Barreiras organizacionais para inovação no setor público. Inovação e competitividade. Tipos de inovação. Gestão da inovação no setor público. Inovação e políticas públicas.

Responsabilidade Socioambiental no Setor Público (20h): Fundamentação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. Desenvolvimento de políticas de responsabilidade socioambiental no setor público. Estudo das relações entre as políticas de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Análise das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Controle Interno e Externo (20h): Conceitos Introdutórios. O modelo brasileiro de controle orçamentário (Lei 4.320/64 e LC 101/2000). Sistema de Controle. Manuais de Controle. Controle Externo. O tribunal de contas e o controle social. Relação tribunal de contas e controle interno. Controle Social: conceito. *Accountability* - Transparência e Controle Social e Responsabilização.

Métodos e Técnicas de Pesquisa II (16h): Apresentação dos andamentos das pesquisas individuais por todo o grupo de discentes. Fomento do trabalho compartilhado. Orientações e discussões.

Seminários em Gestão Pública III (8h): Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo III. Apresentação de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componentes curriculares optativos

Didática do Ensino Superior (30h): Conceitos de Educação e Didática. Concepções liberal e crítica de educação. Identidade do Docente do Ensino Superior. Organização e Funcionamento do Ensino Superior no Brasil. Andragogia. Planejamento e Avaliação Educacional.

Métodos Quantitativos no Setor Público II (30h): Cálculo de probabilidades. Noções de variáveis aleatórias. Distribuição de uma variável aleatória e esperança matemática. Distribuição normal. Testes de hipóteses e intervalos de confiança.

Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil (30h) * : Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no país com ênfase no modelo atual da SETEC. Fundamentos Históricos e Sociológicos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e Políticas Educacionais. A Legislação da Educação Profissional e Tecnológica.

(*) Disciplina Obrigatória para discentes oriundos da Rede Federal de EPT.

XII. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso será composto por professores ministrantes e professores orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso. Os docentes deverão ter, no mínimo, o título de mestre na área do curso proposto, ou áreas afins, obtido em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecido pelo MEC ou revalidado por uma Instituição de Ensino Superior Brasileira que ofereça formação equivalente, reconhecida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

(CAPES). Excepcionalmente, poderão lecionar disciplinas no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, docentes portadores do título de especialista que possuam qualificação profissional ou “notório saber” comprovados na área.

Os docentes desse curso serão, preferencialmente, servidores efetivos do IFB, podendo ser credenciados docentes de outras instituições no caso da não completude de seu quadro. Para tanto, deverá ocorrer seleção para credenciamento de docentes por meio de edital específico, considerando o princípio do “notório saber” ou da qualificação profissional devidamente comprovados. No edital de seleção de docentes, deverão constar critérios tais como: titulação, experiência profissional/gerencial na área, experiência docente e produção acadêmica.

Considerando o comprometimento da carga-horária dos atuais integrantes do colegiado do curso, poderão ser credenciados outros docentes do quadro do IFB que possuam interesse em atuar como orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso e substitutos dos titulares.

O docente deverá estruturar seu plano de ensino, textos e apresentações e enviá-los à Coordenação do Curso em até 40 dias antes do início de sua disciplina. Os docentes do curso são responsáveis pelo registro e acompanhamento da frequência discente em suas disciplinas, ficando obrigados a entregar o diário e controle de notas em até 10 (dez) dias após o término de suas respectivas disciplinas. Apresenta-se a seguir o quadro de docentes deste curso, com as respectivas disciplinas que poderão ser ministradas por eles.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

#	DOCENTE	FORMAÇÃO	CURRÍCULO LATTES	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	DISCIPLINAS A MINISTRAR
1	Ailton Bispo dos Santos Junior	Graduado em Administração de Empresas e Pública Especialista em Docência Superior e em Controle, Monitoramento e Avaliação no Setor Público Mestre em Administração	http://lattes.cnpq.br/4269305966169297	IFB	1.1 Estado e Administração Pública no Brasil
2	Alexandre Laval Silva	Graduado em Engenharia Metalúrgica Mestre em Engenharia de Sistemas - Informática Doutor em Administração	http://lattes.cnpq.br/3784859529909150	IFB	2.1 Gestão Estratégica em Organizações Públicas
3	Bibiani Borges Dias	Graduada em Ciências Contábeis e mestre em Engenharia de Produção	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4139041J3	IFB	3.4 Controle Interno e Externo 2.2 Contabilidade Pública
4	Bruno da Rocha Braga	Graduado em Ciência da Computação e em Administração Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação Doutorando em Administração	http://lattes.cnpq.br/8466049398342611	IFB	1.5 Métodos e Técnicas de Pesquisa I 2.5 Gestão de Projetos
5	Cristiane Jorge de Lima Bonfim	Graduada em Sistemas de Informação Especialista em Educação Profissional - PROEJA Mestre em Educação	http://lattes.cnpq.br/5773519461535104	IFB	1.8 Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil
6	Erika Cristina Rodrigues	Graduada em Direito Especialista em Direito Público	http://lattes.cnpq.br/4221547739167172	IFB	1.3 Fundamentos de Direito Público
7	Fabiana Carvalho da Silva Bispo	Graduada em Administração Pública e em Economia Especialista em Controladoria e Finanças e em Docência do Ensino Superior Mestre em Administração Pública Doutoranda em Administração	http://lattes.cnpq.br/3843909031119621	IFB	1.2 Fundamentos de Políticas Públicas 3.1 Implementação e Avaliação de Políticas Públicas
8	Flávia Furtado Rainha Silveira	Graduada em Psicologia Especialista em Gestão Empreendedora de Negócios Especialista em Psicopedagogia Mestre em Psicologia Doutora em Psicologia	http://lattes.cnpq.br/2439249743856655	IFB	2.3 Gestão de Pessoas no Setor Público 3.5 Métodos e Técnicas de Pesquisa II 3.6 Seminários de Gestão Pública III
9	Francisco de Assis Póvoas Pereira	Graduado em Agronomia Mestre em Economia Rural Doutor em Desenvolvimento Sustentável	http://lattes.cnpq.br/2770334244926489	IFB	2.7 Seminários em Gestão Pública I 3.3 Responsabilidade e Socioambiental no Setor Público
10	Glaucia Melasso Garcia de Carvalho	Graduada em Pedagogia Mestre em Educação Doutoranda em Educação	http://lattes.cnpq.br/9416738405177279	IFB	2.8 Didática do Ensino Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

#	DOCENTE	FORMAÇÃO	CURRÍCULO LATTES	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	DISCIPLINAS A MINISTRAR
11	Gustavo Filice de Barros	Graduado em Administração de Empresas Especialista em Resolução de Conflitos Socioambientais Mestre em Pol. e Gestão de C&T para o Desenvolvimento Sustentável	http://lattes.cnpq.br/4834817243326876	IFB	2.7 Seminários em Gestão Pública I 3.2 Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público 3.6 Seminário de Gestão Pública III 3.5 Métodos e Técnicas de Pesquisa II
12	Jaqueline da Silva Thomazine	Graduada em Ciências Econômicas Mestre em Administração Doutoranda em Administração	http://lattes.cnpq.br/9927719922582310	IFB	1.4 Economia do Setor Público 2.6 Métodos Quantitativos no Setor Público I
13	Katia Guimarães Sousa Palomo	Graduada em Administração Graduada em Direito Especialista em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação Mestre em Administração	http://lattes.cnpq.br/1624087841228368	IFB	1.7 Seminários em Gestão Pública II 2.4 Logística no Setor Público
14	Magno Alves de Oliveira	Graduado em Matemática Graduado em Geografia Especialista em Docência do Ensino Superior Mestre em Matemática Doutor em Matemática	http://lattes.cnpq.br/3023361655410951	IFB	3.7 Métodos Quantitativos no Setor Público II
15	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha	Graduado em Ciência Política Mestre em Ciência Política Doutorando em Ciência Política	http://lattes.cnpq.br/4414411053980077	IFB	1.6 Orçamento Público 3.1 Implementação e Avaliação de Políticas Públicas
16	Philippe Tshimanga Kabutakapua	Graduado em Ciências Econômicas Mestre em Economia e Finanças Doutor em Economia	http://lattes.cnpq.br/7492994887082333	IFB	1.4 Economia do Setor Público



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIII. METODOLOGIA

A metodologia adotada volta-se para a participação do discente, estimulando sua autonomia, conferindo-lhe o protagonismo no processo de ensino-aprendizagem. As atividades propostas buscam promover a reflexão crítica e o ensino aplicado à resolução de questões concretas. Para tanto, estão previstas atividades como estudos de casos, simulações e exercícios que estimulem a troca de experiências e a aplicabilidade no trabalho.

As estratégias didáticas, privilegiam o ensino de aplicabilidade, incentivam a reflexão e o intercâmbio das experiências profissionais dos alunos, bem como a sistematização desse conhecimento a partir de um arcabouço teórico selecionado.

XIV. INTERDISCIPLINARIDADE E ATIVIDADES INTEGRADORAS

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado em sua composição curricular e em seu quadro de docentes, que inclui mestres e doutores de diversas áreas do conhecimento. Além da área de administração e de gestão pública, o curso de especialização privilegia áreas de conhecimento como economia, ciência política, contabilidade, direito, filosofia, administração, logística, gestão ambiental, letras, informática, engenharia e matemática. São programadas visitas técnicas, palestras e debates com gestores convidados, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

A integração e a interdisciplinaridade também são incentivadas, de maneira especial, pelas três edições do componente curricular Seminários de Gestão Pública. Os Seminários de Gestão Pública I, II e III têm por objetivo a análise de problemas concretos e a promoção da integração de assuntos abordados nos componentes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

curriculares que fazem parte de seus respectivos Módulos, por meio de experiências que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para admissão no curso, é necessário que o candidato enquadre-se em uma das três categorias citadas no tópico VI deste PPC, ou seja: público em geral (15 vagas); servidores públicos de órgãos conveniados (15 vagas); e servidores efetivos dos quadros dos Institutos Federais da Rede de EPT (15 vagas).

É imprescindível também, que ele porte diploma de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e que manifeste público interesse e compromisso em participar do curso e submeter-se às normas e regulamentos do IFB. A admissão será feita a partir da publicação de Edital para Seleção de Candidatos a Discentes do Curso de Especialização em Gestão Pública do *campus* Brasília do IFB. O Edital de seleção discente poderá abranger critérios de seleção como: avaliação curricular, exposição de motivos e etc.

Caso haja a disponibilidade de bolsas de estudos para os discentes do curso, deverá ser publicado edital de seleção de estudantes bolsistas, podendo conter como critérios de seleção: a aplicação de prova, pontuação no processo seletivo de ingresso, análise do currículo do discente, análise do histórico escolar do discente no curso e sua disponibilidade para dedicação exclusiva ao curso.

Candidatos que sejam servidores dos Institutos Federais da Rede de EPT ou de órgãos conveniados, além da assinatura do termo de compromisso e interesse, deverão apresentar documento com a anuência da chefia imediata, liberando-o para participar das atividades do curso, no caso de aprovação no processo seletivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XVI. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação de aproveitamento nas disciplinas será realizada de forma continuada, conforme critérios estabelecidos nos respectivos planos de curso e de ensino e divulgados aos discentes no primeiro dia de aula da disciplina e compreenderá avaliação de rendimento e apuração de assiduidade.

O aproveitamento em cada disciplina será realizado a partir de uma ou mais avaliações, sob as formas de provas presenciais, trabalhos e seminários, dentre outras, a critério do professor da disciplina, definidas na metodologia do plano de ensino.

O resultado de cada avaliação, no decorrer da disciplina, deverá ser apresentado ao discente no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de sua aplicação.

O resultado do aproveitamento do discente em cada disciplina será expresso através de nota final, na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em intervalos de cinco décimos. Será atribuída nota final 0,0 (zero) ao discente que não se submeter às verificações previstas para a avaliação.

Estará aprovado na disciplina o discente que alcançar, na verificação do aproveitamento, a média final igual ou superior a 6,0 (seis), desde que cumprida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina. A frequência do discente será comprovada através dos registros efetuados pelo professor responsável, no diário de classe.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XVII. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Poderão ser objeto de aproveitamento de estudos, desde que verificada a equivalência mínima de 75% em termos de conteúdo e carga horária, disciplinas concluídas em cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes, presenciais e/ou à distância, ou em curso de pós-graduação *Lato Sensu* oferecido por instituição credenciada para atuar nesse nível educacional. O somatório da carga horária em que houver aproveitamento de estudos não poderá exceder a 1/3 (um terço) da carga horária do curso.

O aproveitamento de estudos deverá ser requerido pelo discente, pelo menos, 15 (quinze) dias antes da data de início das aulas da disciplina para a qual o interessado pretende o aproveitamento.

Caberá ao Coordenador do Curso deferir ou não o aproveitamento solicitado, com base no programa e na carga horária do componente curricular cursado, analisados comparativamente com o plano de ensino do componente curricular em questão, sendo observadas as seguintes exigências:

- a) o requerente apresentará histórico comprovando ter cursado a disciplina há menos de 5 (cinco) anos, contados da data de conclusão da disciplina até a data de solicitação do aproveitamento;
- b) o discente que tenha cursado a disciplina há mais de 5 (cinco) anos deverá realizar uma avaliação de conhecimento atualizado do conteúdo programático do componente curricular pretendido;
- c) o aproveitamento obtido pelo discente nesse componente curricular deverá ser equivalente ao mínimo exigido pelo IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O percentual de frequência e a nota obtida na disciplina cursada, objeto do aproveitamento concedido, serão registrados como resultados da disciplina em que houve a dispensa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIII. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Os discentes devem observar o cumprimento de frequência obrigatória mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina do curso. A cada aula, caberá ao professor responsável, registrar a frequência dos discentes no diário de classe.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XIX. INFRAESTRUTURA DO CURSO

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
02	Salas de Aula	Com 45 carteiras, condicionador de ar, internet wireless, computador e projetor multimídia instalados.
01	Sala de Audiovisual	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, lousa interativa, televisor 42”, DVD player.
01	Auditório	Com 250 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com, no mínimo, cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.
01	Sala de pesquisa	Com computadores e mesa de trabalho para apoio ao desenvolvimento de pesquisas por alunos e servidores.
01	Laboratório de Informática	Com 45 máquinas, <i>software</i> e projetor multimídia.
01	Laboratório de Estudos de Gestão Pública	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos.
01	Ambiente Virtual de Aprendizagem	Plataforma Moodle IFB utilizada como apoio às aulas presenciais para atividades síncronas e assíncronas além de funcionar como repositório eletrônico de conteúdo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XX. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A confecção, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública pelo discente. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado individualmente, sob orientação de docente do quadro de professores – ministrantes ou orientadores - do Curso de Especialização em Gestão Pública. O tema do Trabalho de Conclusão deve estar abarcado nos eixos que compõem a estrutura curricular do curso.

Até o segundo mês de execução do curso, o discente deverá sugerir quem deseja que seja seu docente orientador, contudo, a decisão final é critério do docente indicado. Caso o docente não assuma a orientação, o coordenador do curso em conjunto com o colegiado, determinarão outro nome para exercício da atividade. O número de orientandos deve ser ajustado conforme a disponibilidade docente para a atividade.

Será aceito em substituição ao Trabalho de Conclusão de Curso, a apresentação, em banca examinadora, de artigo científico enviado para publicação em periódico da área, qualificado no estrato Qualis de avaliação de periódicos da CAPES em, no mínimo, nível B4.

O artigo deve ter sido escrito pelo discente, em coautoria com pelo menos um docente do quadro de professores do curso. As normas textuais para confecção, entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como os prazos que acompanham esse processo devem seguir determinações constantes deste projeto pedagógico de curso e demais regramentos do IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

A relação de docentes mencionada deverá ser apresentada aos discentes durante o primeiro mês de execução do curso e o processo deverá ser conduzido como descrito a seguir:

I. A Coordenação do Curso encaminhará ao discente uma ficha na qual ele deverá inserir:

- a) título provisório do projeto de pesquisa;
- b) linha de pesquisa na qual se encaixa seu projeto, quando for o caso;
- c) resumo de no máximo 10 (dez) linhas sobre o objeto da pesquisa;
- d) indicação de até 03 (três) nomes de docentes para orientação, por ordem de sua preferência.

II. A Coordenação do Curso encaminhará para o primeiro nome sugerido na ficha. Caso o docente recuse, o coordenador encaminhará para o próximo até que se finde a lista.

III. Cada professor poderá orientar, no máximo, 6 (seis) discentes, simultaneamente, por curso;

Após o término das aulas do primeiro trimestre do curso, a Coordenação do Curso encaminhará a lista com os nomes dos orientadores aos discentes.

Ao início do segundo trimestre letivo, o Coordenador do Curso deverá solicitar o termo de compromisso aos docentes orientadores de TCC, em formulário próprio, devidamente preenchido e assinado pelo professor orientador e pelo discente.

Será permitida a existência de um professor coorientador, podendo este não pertencer ao quadro de servidores do IFB. A orientação docente deverá abranger a escolha do tema, o desenvolvimento e a apresentação do trabalho de conclusão de curso.

O trabalho de conclusão de curso deverá atender aos procedimentos estabelecidos para a apresentação de monografias ou de artigos científicos, conforme o caso, de acordo com as normas estabelecidas pela CDPG.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Cada discente deverá encaminhar solicitação de defesa do trabalho de conclusão de curso à Coordenação do Curso, no prazo máximo de 3 (três) meses após a conclusão das disciplinas, de acordo com o cronograma do curso.

Em casos excepcionais, o aluno poderá requerer uma única vez ao Coordenador do Curso a prorrogação desse prazo por igual período, mediante apresentação parcial do trabalho já desenvolvido.

A Coordenação do Curso encaminhará o processo para a verificação da situação do discente no curso à Coordenação de Registro Acadêmico do Campus, à biblioteca e, nos casos pertinentes, à instituição conveniada.

O professor orientador e o discente deverão providenciar a formação da banca examinadora do TCC, que deverá ser constituída por 3 (três) membros, sendo um destes o professor orientador. A banca examinadora será presidida pelo professor orientador do trabalho sob avaliação.

Poderão integrar a banca examinadora, profissionais da área que não pertençam ao quadro de servidores do IFB, que tenham a formação acadêmica compatível ou experiência profissional relevante.

Estando o discente em situação regular e definida a banca examinadora do TCC, a Coordenação do Curso deverá validar a escolha da banca examinadora e providenciará a publicação da defesa em quadro de Edital no *campus* Brasília, com pelo menos 5 dias úteis de antecedência da data da defesa.

O discente será responsável pela entrega do seu TCC à Coordenação do Curso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de defesa, mediante protocolo. O trabalho deverá ser encaminhado impresso em 3 (três) vias, juntamente com o termo de encaminhamento do trabalho de conclusão de curso assinado pelo orientador. O Coordenador do Curso encaminhará os trabalhos de conclusão de curso aos membros da banca examinadora, para a defesa pública.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

O resultado da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será expresso com o conceito aprovado ou reprovado, definindo uma nota de zero (0,0) a dez (10,0), registrado em ata a ser anexada ao trabalho.

A nota mínima para aprovação do TCC deverá ser 6,0 (seis). Caso o candidato não seja aprovado, este deverá passar por nova avaliação em banca no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da primeira apresentação.

Ao final da defesa, o professor orientador entregará as 3 (três) vias do trabalho de conclusão de curso para o discente sob avaliação, com as devidas anotações dos examinadores.

O discente deverá devolver o trabalho de conclusão de curso devidamente corrigido, em 2 (duas) vias impressas, encadernadas em brochura (para o formato monografia) e na forma de mídia digital (CD-ROM), em formato editável (.doc, .docx, .odt) e pdf, mediante protocolo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XXI. CERTIFICAÇÃO DO CURSO

O IFB expedirá, por meio da Coordenação de Registro Acadêmico do *campus* Brasília, os seguintes certificados:

- I. Certificado de Conclusão de Curso de Especialização, para o discente que tenha sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias do curso e no Trabalho de Conclusão de Curso;
 - I.I Para fins de certificação, o componente curricular Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil (EPTB) é considerado obrigatório apenas para discentes dos quadros da Rede Federal de EPT.
- II. Certificado de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento, para o discente que tenha sido aprovado em todas as disciplinas do curso, mas que não tenha entregue e ou apresentado o TCC;
- III. Certificado de Atualização, para o discente que não tenha sido aprovado em todas as disciplinas do curso;

Cada discente poderá receber certificado de um único tipo, dentre os previstos nos incisos deste artigo.

Os Certificados de Atualização serão expedidos por disciplina, a partir de requerimento do interessado.

Depois de registrados pelo órgão competente em livro próprio, os certificados de que trata este item serão assinados pelo titulado e pelo Diretor do Campus.

A entrega dos certificados ao discente estará condicionada ao depósito das cópias de que trata o item XX deste PPC e à quitação/devolução de títulos de empréstimo da biblioteca do IFB.

Os certificados obedecerão às normas gerais estabelecidas pelo IFB no que se refere à forma, conteúdo e registro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XXII. INDICADORES DE DESEMPENHO

São previstos como indicadores de desempenho:

- Participações discentes e docentes em eventos da área na qualidade de autores e/ou palestrantes;
- Participações discentes e docentes como congressistas em eventos da área;
- Taxa de publicação em parceria discente/docente em periódicos da área, conforme classificação Qualis/CAPES;
- Razão de evasão;
- Razão de egressos total e por destinação de vaga;
- Taxa de reprovação em componentes curriculares;
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao andamento do curso e sua aderência aos objetivos propostos; e
- Avaliação qualitativa periódica dos docentes e discentes quanto ao apoio em infraestrutura e serviços administrativos do *campus* Brasília do IFB.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XXIII. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

A cada três trimestres de execução do curso, o coordenador fará um relatório apresentando os indicadores de monitoramento de desempenho, previstos no item XXII.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

XXIV. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO

A execução do curso está prevista entre agosto de 2014 e fevereiro de 2016. A programação do cronograma de aulas para o ano de 2015 dependerá da definição do calendário acadêmico do *campus* Brasília para o período letivo de 2015.

Módulo I - Marco Teórico			
Sem	Terça	Quinta	Sexta
Sem 1	12/08	14/08	15/08
Sem 2	19/08	21/08	22/08
Sem 3	26/08	28/08	29/08
Sem 4	02/09	04/09	05/09
Sem 5	09/09	11/09	12/09
Intervalo			
Sem 6	30/09	02/10	03/10
Sem 7	07/10	09/10	10/10
Sem 8	14/10	16/10	17/10
Sem 9	21/10	23/10	24/10
Sem 10	28/10*	30/10	31/10
Sem 11	04/11	06/11	07/11
Sem 12	11/11	13/11	14/11*
Sem 13	18/11	20/11	21/11
Intervalo			

*28/10 – Dia do servidor

15/11 – Proclamação da República

Módulo I - Marco Teórico
12/08 – 12/09 (Semanas 1 a 5)
30/09 – 21/11 (Semanas 6 a 13)

Módulo II - Gestão para Resultados
Março – Abril de 2015 (Semanas 14 a 19)
Abril – Junho de 2015 (Semanas 20 a 25)

Módulo III – Tópicos Especiais
Agosto – Setembro de 2015 (Semanas 26 a 31)
Setembro – Novembro de 2015 (Semanas 32 a 37)

Mês 1 - 12/08/2014

Mês 12 - 12/08/2015 – 3 trimestres

Mês 17 - 12/01/2016

Mês 18 - 12/02/2016 – 6 trimestres



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, F. L. **Trajatória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** RAP. Rio de Janeiro, v. 41, n. Esp., 2007, pp. 67-86.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394/96.** Brasília: MEC.
_____. **Boletim Estatístico de Pessoal.** Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. Vol.17, n. 201 (Jan 2013). Brasília: SEGEP, 2013.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 1, de 08 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização. Brasília: CNE/CES, 2007.

DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas 2010.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2010.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDAD/DF 2011.** Trabalho e Moradia no DF. Brasília: Codeplan, 2012.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal 2011.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2010.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal 2012.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2013.

_____. **Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 e 2011.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2012.

DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, Habilidades e currículos da educação profissional: crônicas e reflexões.** São Paulo: SENAC, 2000.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica**. 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). **Documentos internos**. 2009-2012.

_____. **Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública**. 2012. 119 p. Brasília, DF.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP.

Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 11.10.2010

MORIN, Edgar. **Os 7 saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXOS

ANEXO I – EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Componente Curricular: Estado e Administração Pública no Brasil

Carga-horária: 20h

Ementa: Estado, governo e administração pública. Evolução da administração pública no Brasil: o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado de bem estar, o Estado regulador. A organização política da sociedade no processo de fortalecimento da democracia e da cidadania. Obstáculos à nova gestão pública. Tendências e iniciativas locais.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. (Org). **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política (2 volumes)**. Brasília: Editora UnB, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª São Paulo: FGV Editora, 2008.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 18ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2011.

CARVALHO, M. I. V.; RUA, M. G. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Bibliografia complementar:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil – História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.

COSTIN, C. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTINS, H.F; MARINI, C. Um **Guia de Governança para Resultados na Administração Pública**. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2010.

MOORE, M. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

NUNES, E. **A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEIXOTO, J. P. M.; REGO, A. C. P. (Coord.). **Governando o governo: modernização da administração pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

RESENDE, D.A.; CASTOR, B.V.J. **Planejamento Estratégico Municipal. Empreendimento participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.

ROCHA, J.A. **Gestão pública e modernização administrativa**. Portugal: INA, 2001.

Componente Curricular: Fundamentos de Políticas Públicas

Carga-horária: 16h

Ementa: Fundamentos em Políticas Públicas: conceitos iniciais, aspectos metodológicos e de classificação. O processo de *policy-making*. Instituições, atores e modelos de análise e racionalidades. Estratégias de implementação. A trajetória das Políticas Públicas no Brasil: desenvolvimento econômico, social, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e infraestrutura. Redes de implementação e Novos Arranjos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia básica:

BID. **A Política das Políticas Públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UnB, 2009.

JACOBI, P.R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: Coletânea – Volume 01.** Brasília: ENAP, 2006.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: Coletânea – Volume 02.** Brasília: ENAP, 2006.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política (2 volumes).** Brasília: Editora UnB, 2004.

SECCHI, L. **POLÍTICAS PÚBLICAS: Conceitos, esquemas de análise e casos práticos.** São Paulo: Cengage, 2010.

Componente Curricular: Fundamentos de Direito Público

Carga horária: 24h

Ementa: Conceitos fundamentais do Direito Público. Princípios da Administração Pública. Licitações, Contratos e Convênios Administrativos: Leis, Decretos, Portarias,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Instruções Normativas, Pareceres da AGU e Resoluções do TCU. Tópicos especiais em Legislação de Pessoal.

Bibliografia básica:

ALBERGARIA, B. **Instituições de direito**. São Paulo: 10ª ed., Atlas, 2008.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Atlas, 25ª edição (2012).

FIGUEIRA, M. A. S. **Estudos Propedêuticos do Direito Público e Privado**. Salvador: AMAB, 1995.

MORAES, A. **Direito Constitucional**. 21ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SUNDFELD, C. A. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo, Malheiros, 5ª ed., 2010.

REALE, M. **Questões de Direito Público**. Editora Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

BACELLAR FILHO, R. F. **Processo Administrativo Disciplinar**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAZZIO JR, W. **Atos De Improbidade Administrativa: Doutrina, Legislação e Jurisprudência**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, J. U. J. **Lei 8.666/93 Licitações e Contratos e outras Normas Pertinentes - 10ª edição**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERNANDES, J. U. J. **Tomada de Contas Especial - 4ª edição**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Componente Curricular: Economia do Setor Público

Carga horária: 24h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ementa: Analisar as funções econômicas do Estado, bens públicos com ênfase em sua demanda e oferta. Provisão pública de bens privados. Regulamentação. Externalidades. O Estado na economia. Finanças públicas: gastos, receitas, déficit e dívida pública, princípios básicos de tributação, incidência e eficiência econômica da tributação, eficiência econômica e tributação, tributação ótima, inflação e tributação.

Bibliografia básica:

BIDERMAN, C.; ARVATE, J. **Economia do setor público no Brasil**. Campos, São Paulo, 2004.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**, Atlas, 1986.

RIANI, F. **Economia do Setor Público – Uma abordagem introdutória**, 3ª edição, Atlas, 2002.

SILVA, F. **Finanças públicas**: São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia complementar:

BLEJER, M. I.; ADRIENNE CHEASTY (Orgs). **Como Medir o Déficit Público: questões analíticas e metodológicas**, Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional, 1999.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, C. **Finanças Públicas, Teoria e Prática**, Campus, 2000.

MANKIWI, N. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. Campus, 1999.

Componente Curricular: Métodos e Técnicas de Pesquisa I

Carga horária: 20h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ementa: O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. A pesquisa em administração e organizações. Definições de pesquisa. Métodos Científicos. Fontes do conhecimento em Administração. Processos de pesquisa: formulação do problema, delineamento de pesquisa, objetivo, desenho, escopo, ambiente e abordagem de pesquisa. Hipóteses, testes e conclusões. Projeto e relatório de pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso. Ética em Pesquisa.

Bibliografia básica:

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed., São Paulo: Atlas, 2010.
RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.
VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

COOPER. D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Análise multivariada de dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.; ATERMAN, É.; BORGES, F. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
UWE, F. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente Curricular: Orçamento Público

Carga horária: 24h

Ementa: Instrumentos de Planejamento Governamental e a composição do Orçamento Público. Execução Orçamentária - normas legais para o acompanhamento do gasto público. O orçamento no Legislativo e as ementas parlamentares. O orçamento no Executivo e os contingenciamentos orçamentários. Impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da união, estados, dos municípios e do distrito federal.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

Bibliografia complementar:

BIN, D; CASTOR, B. V. J. **Racionalidade e Política no Processo Decisório: Estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal.** Revista de Administração Contemporânea, v.11, n.3, Jul/Set. 2007 p.p. 35-56.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública** – teoria e prática. São Paulo: Ed. Atlas, 1998.

MATIAS, P. J. **Finanças Públicas:** a política orçamentária no Brasil. 2.edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, nº 26, jun/dez 2003.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

Componente Curricular: Seminários em Gestão Pública I

Carga horária: 8h

Ementa: Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo I. Apresentação e discussão de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.

Bibliografia básica:

GOLDSMITH, Stephen; Eggers, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.

MARTINS, H.F; MARINI, C. Um **Guia de Governança para Resultados na Administração Pública**. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2010.

OSBORNE, David; GAEBLER, E. Ted. **Reinventando o Governo**. 6ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

Bibliografia complementar:

BARZELAY, M. **The New Public Management: Improving Research and Policy Dialogue (Wildavsky Forum Series)**. UCLA Press: Los Angeles, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MORAIS, J. G. **Ações premiadas no 10º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2005** Brasília: ENAP, 2006.

PEIXOTO, J. P. M.; REGO, A. C. P. (Coord.). **Governando o governo: modernização da administração pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Org.); SPINK, Peter (Org.). **REFORMA DO ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Componente Curricular: Gestão Estratégica em Organizações Públicas

Carga-horária: 24h

Ementa: Conceituação e modelos de Planejamento. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental. Etapas do Planejamento Estratégico. O método *Balanced Scorecard*. Remodelagem organizacional no setor público e Gestão do desempenho institucional com base nos indicadores preconizados pelos órgãos de planejamento e controle. Gestão da performance institucional e superação dos entraves burocráticos. Gerenciando para manter e melhorar resultados.

Bibliografia básica:

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: *balanced scorecard***. 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LIMA, P. D. B. **A Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MOORE, M. H. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

ROCHA, J. A. O. **Gestão pública e modernização administrativa**. Portugal: INA, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar:

CURY, A. **Organização & Métodos**. 8ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FALCONI, V. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia - A - Dia**. 8ed. Nova Lima: INDG, 2006.

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

RESENDE, D. A; CASTOR, B.V.J. **Planejamento Estratégico Municipal. Empreendimento participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.

Componente Curricular: Contabilidade Pública

Carga-horária: 20h

Ementa: Campo de atuação da contabilidade pública. Regimes contábeis. Orçamento público. Suprimento de fundos. Estrutura do patrimônio público. Legislação básica da contabilidade pública. Sistemas de Contas.

Bibliografia básica:

BRASIL . **Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da união, estados, dos municípios e do distrito federal.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

_____. **Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN**, disponível em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

< <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/> >

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública – teoria e prática**. São Paulo: Ed Atlas, 1998.

PISICTELLI, R. B. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 5ª ed. São Paulo: Ed Atlas, 1997.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 8. Ed., São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. Atlas. S.Paulo, 2005.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafen)**. 3ª Edição, São Paulo, Atlas, 2007.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial (com modelos de documentos e pareceres utilizados)**. São Paulo, Atlas 2009.

Componente Curricular: Gestão de Pessoas no Setor Público

Carga-horária: 24h

Ementa: Novo papel da área de recursos humanos e o papel do gestor público na gestão estratégica de pessoas. Gestão da cultura nas organizações públicas. Gerenciamento de pessoas com foco em resultados: contratualização, *feedback* de desempenho e práticas de reconhecimento. Negociação e resolução de conflitos. Experiências de avaliação de pessoas em organizações públicas. Ética na Administração Pública: premissas da conduta ética da função pública. Iniciativas governamentais: a gestão da ética.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia básica:

GUBMAN, E. L. **Talento: desenvolvendo pessoas e estratégias para obter resultados extraordinários.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUICK, T. L. **Como desenvolver equipes bem-sucedidas.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional.** São Paulo: Pearson, 2005.

Bibliografia complementar:

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas Organizações.** 5ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DEMO, G. F. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional.** 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOEHLER, J. W; PANKOWSKI, J. M. **Transformational leadership in government.** Delray Beach, FL: St. Lucie, 1997.

MENESES, P.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. **Manual de treinamento Organizacional.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.** 26 ed. São Paulo: Best Seller, 2010.

SIQUEIRA, M. M. **Medidas do Comportamento Organizacional – Ferramentas de diagnóstico e de gestão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

ULRICH, D. **Human Resource Champions: the next agenda for adding value and delivering results.** Massachusetts: HAVARD BUSINES SCHOOL PRESS, 1997.

Componente Curricular: Logística no Setor Público

Carga-horária: 24h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ementa: Patrimônio público. Gestão de materiais na administração pública. Planejamento de Suprimentos no Setor Público. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Legislações pertinentes ao tema.

Bibliografia básica:

FIGUEIREDO, K. F.; FLUERY, P. F.; WANKE, P. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento do fluxo de produtos e dos recursos.** São Paulo: Atlas, 2003.

Harvard Business Review. **Gestão da cadeia de suprimentos.** São Paulo: Campus, 2013.

MOORE, M. H. **Criando valor público: gestão estratégica no governo.** Brasília: ENAP, 2002.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Bibliografia complementar:

BERTAGLIA, P. R. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento.** 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CLOSS, D.; BOWERSOX, D. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento.** São Paulo: Atlas, 2004.

VAZ, J. C. **O significado da prestação de serviços com foco no cidadão nas transformações da administração pública brasileira no período pós-redemocratização.** Disponível em:

<http://josecarlosvaz.pbworks.com/w/page/8531978/Foco%20no%20Cidad%C3%A3o%20nas%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas>. 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

VAZ, J. C.; LOTTA, G. S. **A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil.** RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 45(1):107-39, jan./fev. 2011 . Disponível em: <http://vaz.blog.br/blog/?p=975>.
ZEITHALM, V.; PARASURAMAN, A.; BERRY, L. **Delivering quality service.** New York: Free Press, 1990.

Componente Curricular: Gestão de Projetos

Carga horária: 20h

Ementa: Fundamentos em Gestão de Projetos. A gestão de projetos no contexto da gestão estratégica. Os conceitos de gerência de projetos e gestão por projetos. O conceito de competências essenciais. Os processos da gerência de projetos: integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições. Gestão de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas.

Bibliografia básica:

PRAHALAD, C.K., HAMEL, G. **A Competência Essencial da Corporação.** 1990.
PMI – Project Management Institute. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK).** 4. ed. Newton Square: Project Management Institute, 2008.

Bibliografia complementar:

PRADO, D. **Gerenciamento de Portfólios, Programas e Projetos nas Organizações,** INDG.
_____. **Usando o Ms Project 2007 em Gerenciamento de Projetos.** 1ª Ed.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INDG, 2007.

Componente Curricular: Métodos Quantitativos no Setor Público I

Carga horária: 24 h

Ementa: Introdução aos métodos quantitativos. Conceitos básicos da Estatística descritiva (distribuição de frequências, medidas de tendência central e de dispersão, números índices, separatrizes, técnicas de amostragem e gráficos estatísticos) e aplicabilidade em Gestão Pública. Matemática financeira e sistemas de amortização. Avaliação de projetos e políticas públicas. Tomada de decisões no setor público.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. São Paulo: Atlas, 1998.
GOMES L. F. A. M; SIMÕES GOMES C.F.; ALMEIDA A.T. **Tomada de Decisão Gerencial - Enfoque Multicritério**. São Paulo: Atlas, 2002.
OLIVEIRA, M. A. **Probabilidade e estatística: um curso introdutório**. Brasília: IFB, 2011.
TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Bibliografia Complementar:

FONSECA, J. S. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas, 1990.
LAPPONI, J. **Estatística Usando Excel**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
LARSON, R. **Estatística Aplicada**. Tradução e revisão técnica Cyro de Carvalho Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente Curricular: Seminários em Gestão Pública II

Carga horária: 8h

Ementa: Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo II. Apresentação e discussão de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.

Bibliografia básica:

CARVALHO, A. I. [et al.]. **Escolas de governo e gestão por competências: mesa-redonda de pesquisa-ação**. Brasília: ENAP, 2009.

LIMA, P. D. B. **A Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

SILVA, R. C.; BARKI, T. V. P. **Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis**. Revista do Serviço Público Brasília 63 (2): 157-175 abr/jun 2012.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Pesquisa ENAP. **Ações premiadas no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2011**. Brasília: ENAP, 2011.

FIUZA, E.P.S.; MEDEIROS, B.A. **A reforma da Lei 8.666/93 e do arcabouço legal de compras públicas no Brasil: contribuições do Ipea à Consulta Pública do Senado**.

Nota Técnica. Brasília

PETERS, B.G.; PIERRE, J. **Administração Pública – Coletânea**. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Componente Curricular: Implementação e Avaliação de Políticas Públicas

Carga-horária: 20h

Ementa: Estratégias de implementação, Redes Interorganizacionais e Novos Arranjos. Avaliação no Setor Público. Construção de indicadores, medidas de avaliação e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação. Ciclo da gestão e retroalimentação.

Bibliografia básica:

BIRD. **Monitorização e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens.** Washington: Banco Mundial, 2004.

http://siteresources.worldbank.org/EXTEVACAPDEV/Resources/4585672-1251481378590/me_portuguese.pdf

BRASIL. **Indicadores de Programas:** Guia Metodológico. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MPOG, 2010.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_in-dicadores_programas-guia_metodologico.pdf

GERTLER, P. J.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. **La Evaluacion de Impacto en la Prática.** Washington: Banco Mundial, 2011.

http://siteresources.worldbank.org/INTHDOFFICE/Resources/IEP_SPANISH_FINAL_110628.pdf

GUIMARAES, T.B.; PORDEUS, I.A.; CAMPOS, E.S.A. (org.) **Estado para Resultados: Avanços no monitoramento e avaliação da gestão pública em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Bibliografia complementar:

CHEN, H.T. **Practical Program Evaluation**: assessing and improving planning, implementation and effectiveness. California: Sage, 2004.

MARTINS, H.F.; MARINI, C. **Governança em Ação** – Volume 1. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2009. [http://www.institutopublix.com.br/novo-site-din/publix/arquivos/Livro Instituto Publix - Governanca em Acao Vol 1.pdf](http://www.institutopublix.com.br/novo-site-din/publix/arquivos/Livro_Instituto_Publix_-_Governanca_em_Acao_Vol_1.pdf)

WHOLEY, J.S; HATRY, H.P. NEWCOMER, K.E. **Handbook of Practical Program Evaluation**. 3rd.ed. San Francisco: Jossey-Bass WILEY, 2010.

Componente Curricular: Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público

Carga horária: 20h

Ementa: A Era da informação e do conhecimento. Conceito e organização de redes. Redes de inovação. Transferência de conhecimento e gestão do conhecimento no setor público. Barreiras organizacionais para inovação no setor público. Inovação e competitividade. Tipos de inovação. Gestão da inovação no setor público. Inovação e políticas públicas.

Bibliografia básica:

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M. J.; SHELTON, R. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

EDQUIST, C. (ed.) **Systems of innovation, technologies, institutions and organizations**. Pinter, London and Washington. 1997.

NELSON, R.; SAMPAT, B. N. **Las Instituciones como factor que regula El desempeño económico**. Revista de Economía Institucional, n 5, segundo semestre/2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TIDD, J; BESSANT, J; PAVITT, K. **Gestão da Inovação**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Bibliografia complementar:

BALESTRO, M; ANTUNES JÚNIOR, J.; LOPES, M.; PELLEGRIN, I. **A experiência da Rede Petro-RS: uma estratégia para o desenvolvimento das capacidades dinâmicas**. RAC, edição especial, 2004.

BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (org.). **Inovação em serviços intensivos em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2007, 502 p.

BESSANT, J. **Challenges in Innovation Management**. In. The International Handbook on Innovation. SHAVININA, L.V. (ed.). Elsevier Science, 2003, pp. 761-774.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 600p.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CIMOLI, M.; DOSI, G.; NELSON, R.; STIGLITZ. **Policies and Institutional Engineering in Developing Economies**. Industrial Policies and Development. New York/Oxford: Oxford University Press, 2008

CRUZ, R. **O Desafio da Inovação: a revolução do conhecimento nas empresas brasileiras**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

GONÇALVES, E.; LEMOS, M. e DE NEGRI, J. (2005). **Determinantes do esforço inovativo no Brasil**. In: Encontro Nacional de Economia, 33, Natal.

MANZINI, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade - Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Brique de Lemos, 1999.

MEYER-STAMER, J. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. **Policy Paper**, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1985.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. STAREC, C.; GOMES, E.; BEZERRA, J. **Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TIGRE, P. B. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, c 2006. 282p.

UTTERBACK, J. **Dominando a Dinâmica da Inovação**. Rio de Janeiro: QualityMark Ed., 1996.

Componente Curricular: Responsabilidade Socioambiental no Setor Público

Carga horária: 20h

Ementa: Fundamentação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental. Desenvolvimento de políticas de responsabilidade socioambiental no setor público. Estudo das relações entre as políticas de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável. Análise das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Bibliografia básica:

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. Cortez, 1997.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Brasília: MMA, 1992.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Brasília: MMA, 2003.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Curso de Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Componente Curricular: Controle Interno e Externo

Carga horária: 20h

Ementa: Conceitos Introdutórios. O modelo brasileiro de controle orçamentário (Lei 4.320/64 e LC 101/2000). Sistema de Controle. Manuais de Controle. Controle Externo. O tribunal de contas e o controle social. Relação tribunal de contas e controle interno. Controle Social: conceito. *Accountability* - Transparência e Controle Social e Responsabilização.

Bibliografia básica:

ATTIE, W. **Auditoria interna**. São Paulo: Atlas, 1992.

GUERRA, E. M. **Os controles externo e interno da administração pública e os tribunais de contas**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MILESKI, H.S. **O Controle da Gestão Pública**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA PAULA, M.G. M. **Auditoria interna: embasamento conceitual e Tecnológico**. São Paulo: Atlas, 1999.

BARRETO, P. H. T. **O sistema tribunais de contas e instituições equivalentes: um estudo comparativo entre o modelo brasileiro e o da União Europeia**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 486 p.

BASTOS, C. R.; MARTINS, I. G. S. **Comentários à Constituição do Brasil**. 2 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.433, de 16 de julho de 1992. **Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União**. Disponível em: www.planalto.gov.br

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br

_____. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da Administração Pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público. Brasília. ano 47, v.120, n. 1, jan./abr. 1996.

Componente Curricular: Métodos e Técnicas de Pesquisa II

Carga horária: 16h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ementa: Apresentação dos andamentos das pesquisas individuais por todo o grupo de discentes. Fomento do trabalho compartilhado. Orientações e discussões.

Bibliografia básica:

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2010.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

- COOPER. D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Análise multivariada de dados**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.; ATERMAN, É.; BORGES, F. **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- UWE, F. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Componente Curricular: Seminários em Gestão Pública III

Carga horária: 8h



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Ementa: Análise de problemas concretos e promoção da integração de assuntos abordados nos componentes curriculares do Módulo III. Apresentação de práticas que promovam a melhoria da gestão pública em benefício dos cidadãos.

Bibliografia básica:

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual: tecnologia da informação e mudança institucional**. Brasília: ENAP, 2005.

PEREIRA, F. S. **Ações premiadas no 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2012**. Brasília: ENAP, 2013.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Brasília: MMA, 2003.

MANZINI, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade - Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MARTINS, H.F.; MARINI, C. **Governança em Ação – Volume 1**. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2009. [http://www.institutopublix.com.br/novo-site-din/publix/arquivos/Livro Instituto Publix - Governanca em Acao Vol 1.pdf](http://www.institutopublix.com.br/novo-site-din/publix/arquivos/Livro_Instituto_Publix_-_Governanca_em_Acao_Vol_1.pdf)

MILESKI, H.S. **O Controle da Gestão Pública**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO II – EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Componente Curricular: Didática do Ensino Superior

Carga horária: 30h

Ementa: Conceitos de Educação e Didática. Concepções liberal e crítica de educação. Identidade do Docente do Ensino Superior. Organização e Funcionamento do Ensino Superior no Brasil. Andragogia. Planejamento e Avaliação Educacional.

Bibliografia básica:

ALVES, N. (org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. Coleção Primeiros Passos. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FARIAS, I. M. (et all.) **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. 3a. ed. Brasília: Liberlivro, 2011.

Bibliografia complementar:

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1991.

GARCIA, W. E. **Educação: Visão Teórica e Prática Pedagógica**. Brasília: Liberlivro, 2012.

LIBÂNIO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ROMANELLI, O. **A história da Educação no Brasil(1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 33. ed. rev. - Campinas: Autores Associados, 2000.

Componente Curricular: Métodos Quantitativos no Setor Público II

Carga horária: 30h

Ementa: Cálculo de probabilidades. Noção de variáveis aleatórias. Distribuição de uma variável aleatória e esperança matemática. Distribuição normal; Testes de hipóteses e intervalos de confiança.

Bibliografia básica:

FREUND, J. **Mathematical Statistics**. 5ª edição. Upper Saddle e River: rentice,1992.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. **Curso de Estatística**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1993.

GOULD, F. J. *et all*. **Introductory Management Science**. Englewood Cliffs: Prentice,1993.

JAMES, B. R. **Probabilidade: um curso de nível intermediário**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.

Bibliografia complementar:

GOMES L. F. A. M; SIMÕES GOMES C. F.; ALMEIDA A.T. Tomada de Decisão Gerencial - Enfoque Multicritério, Ed. Atlas 2002.

MINGOTI, S. A. Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. Análise de séries temporais. São Paulo, Edgard Blücher, 2004.

SAATY, T. L. Métodos de Análise Hierárquica. São Paulo: MakronBooks, 1991.

Componente curricular: Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil *

Carga horária: 30 h

Ementa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no país com ênfase no modelo atual da SETEC. Fundamentos Históricos e Sociológicos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e Políticas Educacionais. A Legislação da Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

EDUCAÇÃO Profissional e Tecnológica: projetos e ações 2010. Brasília: IFB, 2010.

GOMES, C. G.; VALDEZ, G. **Dialogando PROEJA: algumas contribuições.** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2009.

KUENZER, A. **Ensino médio e profissional: os políticos do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2007.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar:

MELLO, M. S. **De Escolas de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história.** Manaus: IFAM, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **100 anos: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: 1909-2009.** Brasília: SETC, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

OLIVEIRA, R. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PEGADO, E. A. (Org.). **A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI**. Natal: CEFET-RN, 2006.

SETEC. **PROEJA: programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos**. Brasília, 2009.

SUETH, J. C. R. **A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal**. Vitória: IFES, 2009.

(*) Disciplina Obrigatória para discentes oriundos da Rede Federal de EPT.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO DOCENTE

Pelo presente Termo de Compromisso e Responsabilidade, eu _____, SIAPE _____ servidor do(a) _____, ocupante do cargo de _____ me comprometo em ministrar a(s) disciplina(s) _____, _____ módulo(s), _____ Turma do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública a ser ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *Campus* Brasília, além de atuar como orientador(a) de Trabalho de Conclusão de Curso.

Informo estar ciente que faço parte do Colegiado do Curso, que deverei participar das reuniões e acompanhar todas as recomendações dadas pelo mesmo, para o desenvolvimento adequado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

Registro ainda, estar ciente de minhas obrigações enquanto docente e me comprometo a observar as disposições do Projeto Pedagógico do Curso, em especial os prazos de controle de frequência e entrega de notas.

Brasília, _____ de _____ de 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

(Assinatura)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ANEXO IV

**MINUTA DE EDITAL Nº _____/RIFB, DE ____ DE ____ DE _____ PARA
CREDENCIAMENTO DE DOCENTES PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO PÚBLICA DO CAMPUS BRASÍLIA**

O REITOR PRÓ TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA, nomeado pela Portaria MEC nº 649, de 23 de maio de 2011, publicada no DOU de 24 de maio de 2011, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI, torna público que estarão abertas, no período de ____ de ____ à _____ de _____ de 2014, as inscrições da seleção para credenciamento de servidores **para atuar como orientadores de trabalhos de conclusão de curso** na especialização em Gestão Pública ofertada no *Campus Brasília*, conforme disposto nos itens a seguir.

1. O candidato deverá ocupar o cargo efetivo de professor do ensino básico, técnico e tecnológico do quadro do IFB, com titulação mínima de mestrado em qualquer área do conhecimento, ter experiência em ensino e pesquisa na área de Administração Pública ou área afins, ter disponibilidade para orientar pelo menos 1 (um) trabalho de conclusão de curso por turma, ter capacidade para ministrar pelo menos uma das disciplinas do curso de Especialização em Gestão Pública, apresentadas a seguir.

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS		CÓDIGO	C.H. RELÓGIO
1º TRIMESTRE - MÓDULO I: Marco Teórico			
1.1	Estado e Administração Pública no Brasil	EAPB	20
1.2	Fundamentos de Políticas Públicas	FPP	16
1.3	Fundamentos de Direito Público	FDP	24
1.4	Economia do Setor Público	ESP	24
1.5	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	MTPI	20
1.6	Orçamento Público	OPB	24
1.7	Seminários em Gestão Pública I	SGPI	8
TOTAL DO TRIMESTRE			136
2º TRIMESTRE - MÓDULO II: Gestão para Resultados			
2.1	Gestão Estratégica em Organizações Públicas	GEOP	24
2.2	Contabilidade Pública	CPB	20
2.3	Gestão de Pessoas no Setor Público	GPES	24
2.4	Logística no Setor Público	LSP	24
2.5	Gestão de Projetos	GPRO	20
2.6	Métodos Quantitativos no Setor Público I	MQSPI	24
2.7	Seminários em Gestão Pública II	SGPII	8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TOTAL DO TRIMESTRE			144
3º TRIMESTRE - MÓDULO III: Tópicos Especiais			
3.1	Implementação e Avaliação de Políticas Públicas	IAPP	20
3.2	Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público	GCISP	20
3.3	Responsabilidade Socioambiental no Setor Público	RSSP	20
3.4	Controle Interno e Externo	CIE	20
3.5	Métodos e Técnicas de Pesquisa II	MTPII	16
3.6	Seminários de Gestão Pública III	SGPIII	8
TOTAL DO TRIMESTRE			104
Carga Horária Obrigatória total:			384
COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS		CÓDIGO	C.H. RELÓGIO
4º TRIMESTRE			
1.8	Didática do Ensino Superior	DDES	30
2.8	Ensino Profissional e Tecnológico no Brasil *	EPTB	30
3.7	Métodos Quantitativos no Setor Público II	MQSP II	30
TOTAL DO TRIMESTRE			90
Carga Horária Total da Grade Curricular			474
QUADRO SINTÉTICO			
CARGA HORÁRIA TOTAL			C.H. RELÓGIO
	Componentes Curriculares Obrigatórios		388
	Componentes Curriculares Optativos		90
	Trabalho de Conclusão de Curso		30
	TOTAL	-	504

(*) Disciplina obrigatória para discentes dos quadros da Rede Federal de EPT.

A inscrição será efetivada mediante entrega, pelo candidato, no Setor de Protocolo do *campus* Brasília, localizado no SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Bloco D (térreo), Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70860-100, dos seguintes documentos:

- a. Carta de submissão da candidatura, indicando a(s) disciplina(s) para a qual se candidata, com declaração de compromisso de apresentar o seguinte desempenho mínimo:
 - i. Disponibilidade para orientar, pelo menos 01 (um) estudante por turma;
 - ii. Atender solicitação de oferta da disciplina pleiteada, em caso de necessidade;
 - iii. Participar de reuniões do colegiado do curso no *Campus* Brasília;
 - iv. Submeter, pelo menos um artigo por ano, em periódico com classificação igual ou superior a B4 no Qualis/CAPES.
 - v. Submeter, pelo menos um trabalho por ano em evento classificado no estrato E1 do Qualis/CAPES.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

- b. Um exemplar impresso do Currículo Lattes (atualizado), com a respectiva comprovação de títulos.
2. A seleção de candidatos será realizada por Comissão nomeada e levará em conta os seguintes quesitos:
 - a. Atendimento, por parte do candidato, dos requisitos deste Edital, do PPC do Curso de Especialização em Gestão Pública do *campus* Brasília do IFB e das normas do IFB que regulamentam a pós-graduação.
 - b. Titulação e experiência do candidato em ensino e pesquisa compatíveis com a(s) disciplina(s) indicadas.
 - c. Experiência técnica do candidato em atividades/funções gerenciais relacionadas com gestão pública.
 - d. Produção intelectual, representada por artigos publicados em periódicos com classificação no estrato Qualis/CAPES, trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos de abrangência nacional e internacional, livros e capítulos de livros.
3. Os candidatos selecionados serão convidados a atuar no referido curso na medida da necessidade e existência de vagas.
4. O credenciamento como orientador do Curso de Especialização em Gestão Pública, não implicará em alteração da lotação ou da unidade de exercício do servidor.
5. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção-Geral do *campus* Brasília.

Brasília, _____ de _____ de 2014.

WILSON CONCIANI

Reitor



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília